

A história do individualismo:

Homem racional ou insensível?

Resenha de Rodrigues, J. C. *O Corpo na História*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

Juliana Arraya de Almeida

Lia Kanae Okita Buschinelli

Lílian Gomes de Oliveira

Thais Reis de Leão*

O autor do livro, José Carlos Rodrigues, é formado em Ciências Sociais, doutor em Antropologia associado à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e professor titular da Universidade Federal Fluminense. Escreveu as obras *Antropologia e Comunicação*, *Tabu da Morte*, *Tabu do Corpo*, *Comunicação e Significado: Escritos Indisciplinados*, e o presente livro, *O Corpo na História*, publicado em 1999.

Para justificar a sua obra, o autor afirma que as histórias política e econômica da humanidade são bem conhecidas, porém a história das sensibilidades é praticamente inexplorada. Assim, um dos objetivos é mostrar que as sensibilidades do homem têm uma história e uma significação, esclarecendo que o passado constitui a nossa sensibilidade atual. Para isso, ele conscientemente exagera os contrastes para facilitar a compreensão das ideias expostas.

O ponto de partida do autor é a Idade Média, que se opõe radicalmente ao capitalismo atual, sobretudo em relação à mentalidade e à sensibilidade. Presentemente, o termo “medieval” denota algo ruim, negativo e atrasado, enquanto “moderno” é sinal de algo positivo. Entretanto, ainda há muito de medieval na atualidade, sobretudo nas classes populares. No Brasil, a colonização por um Portugal ‘medieval’, longe de ser um exemplo de capitalismo avançado, enraizou muito das mentalidades e sensibilidades medievais na cultura brasileira, que persistem até hoje.

Assim, o autor nos reconta a história de uma maneira diferente da qual estamos habituados. O livro conta a história do cotidiano e do modo de vida medieval, renascentista, moderno e pós-moderno, que, aliado a interpretação do autor, explicita

* Alunas de graduação da Faculdade de Nutrição da Universidade de São Paulo.

de maneira clara a evolução das sensibilidades e mentalidades, mostrando como tais fatos estão ligados e formam as sensibilidades atuais.

O presente ensaio abrange quatro temas que são discutidos no livro e estão relacionados à individualidade, que é a principal abordagem deste trabalho. Os aspectos Morte, Lixo, Higiene, e Casa e Individualidade têm papel essencial para entender como se deu o processo de individualização do ser humano, e como tal processo se reflete na concepção atual de corpo.

Morte

Para compreender um pouco da sensibilidade medieval é fundamental entender que espírito e matéria não se opunham, isto é, não havia a ideia da coexistência de um espírito indestrutível, transcendente e sublime, segregado de um corpo com significado menos digno, formado por matéria orgânica, fadado à degradação e decomposição. Após a morte, a caminho do além, era a alma, em forma de corpo, que se apresentava para cumprir o seu destino, e não uma entidade puramente etérea. Sendo assim, morte não era ruptura com a vida e cadáver não se opunha ao corpo vivo.

A união dessas categorias que formavam os seres humanos era tão óbvia que poderia ser evidenciada em algumas práticas medievais. A distribuição de partes dos esquartejamentos reais que ocorriam na França, por exemplo, expressavam a unidade do reino pela fragmentação do monarca, compreensível se se pensar que cada parte do rei era dotado de matéria e de espírito, que de fato ele estaria presente em todas as terras em que um fragmento seu estivesse. Em outros locais e séculos mais tarde, o sepulcro do corpo 'inteiro' dos monarcas em gigantescos monumentos, em geral na capital do império, simbolizava a unidade do Estado.

O significado de vida e morte que temos atualmente transcorre de um rompimento radical entre estas fronteiras, decorrente do surgimento do capitalismo e intensificação da tecnobiomedicina (VARGAS e RAMOS, 2006). O aparecimento do dualismo cartesiano, distinguindo o corpo da alma, foi essencial para que os progressos trazidos pela modernidade pudessem ser efetuados. Encarados como produtores, os corpos tenderiam a ser funcionais e associados à máquina cuja trituração, ao longo do tempo, pouco importaria, uma vez que estaria garantida a continuidade do espírito.

Atualmente, vivemos no tempo dos analgésicos e anestésicos, no qual não toleramos sentir dor, e sofrer não faz mais sentido. Adotamos novos significados à dor corporal, que se traduz não pela dor física, mas por sentimentos como amargura, tristeza, punição, aflição, agonia, desânimo, luto, solidão, dificuldade, opressão etc.. Em um sentido mais amplo, a dor psicológica também pode ser minimizada por recursos físicos. No cotidiano da psiquiatria, por exemplo, não raros são os casos de indivíduos com anorexia ou bulimia nervosa que se valem das agressões físicas causadas pela doença como tentativa de anestesiarem os sentimentos e pensamentos (REIFF e REIFF, 1992). Em contraste ao que se coloca, podemos citar outras duas práticas medievais: a tortura e o esquartejamento dos comuns. A princípio, estes podem parecer chocantes e inconcebíveis em vista da nossa atual segregação entre o material e imaterial, mas como discutido anteriormente, para a sensibilidade do medievo seria perfeitamente compreensível. Esquartejamentos poderiam condenar a alma do indivíduo que tivesse ameaçado o corpo social, uma vez que, o elo entre a punição e a alma era, inevitavelmente, o corpo. Elo semelhante pode ser feito ainda com relação aos indivíduos com transtornos alimentares: autolesões podem ser um recurso de punição da essência, do imaterial do indivíduo, através do corpo. Relativamente comuns, as práticas de manipulação e mutilação fazem do corpo um terreno de significados simbólicos (McNamara apud SAIKALI et al., 2004).

Seguindo este raciocínio, toda ação que violava a matéria atingia inevitavelmente o espírito, e, conseqüentemente, o corpo. Deste modo, entendemos os motivos pelos quais alguns ofícios, dentre eles médicos cirurgiões, eram considerados indignos. Somente no século XVIII, na “era da dissecação”, a dessacralização do corpo já era relativamente rotineira. Os primeiros a terem sido anatomizados foram os condenados, indigentes e pobres.

No campo das artes, até o século XVI a morte era muito bem representada pelo realismo das pinturas e esculturas que passeavam pelos campos da vida e da morte interligadas, coexistentes. Cadáveres encontravam-se junto às casas, faziam-se presentes no cotidiano, vivos e mortos se entrelaçavam em contínua e constante vizinhança devido à ativa opção dos primeiros. A morte era experimentada no coletivo e na vida cotidiana como fato previsível, mas também misterioso. A morte, ao ser experienciada como um acontecimento menos privado, acarretava um contato mais estreito com moribundos e, por isso, imputava aos indivíduos a crença da própria morte. Este fato traduz-se na tendência da sociedade atual a buscar incessantemente

a imortalidade, baseada menos na apreciação da vida e mais no medo da morte (VARGAS e RAMOS, 2006).

Quanto à situação no espaço, os cemitérios medievais situavam-se dentro das igrejas, e com frequência as palavras *igreja* e *cemitério* eram usadas intercambiavelmente, não só pelo fato de que uma estava contida na outra fisicamente, mas pelo fato de que ambas faziam parte das atividades coletivas. Além disso, pobres e ricos, sem distinção, encontravam suas moradas, muitas vezes em sepulturas coletivas, que ficavam abertas até serem totalmente preenchidas. Raríssimos eram os “condenados” a jazer em um túmulo solitário, com exceção dos nobres e membros do alto clero que partilhavam sepulturas individuais com seus familiares. O costume comum à sociedade moderna de sepulturar o corpo em jazidas individuais, portanto, é reflexo do temor à efemeridade da vida e o inevitável caminho para morte, somado ao enfraquecimento do coletivo e “culto ao narcisismo” (Lasch apud CARRETEIRO, 2005). A apropriação do jazigo e a cerimônia da morte, de certa forma, passaram a demonstrar *status* social, uma vez que somente os ricos eram enterrados dentro das igrejas, e os pobres ainda nas valas coletivas. Os abastados esculpiam estátuas, enfeitavam os jazigos de seus familiares, construíam capelas privadas, tornando o jazigo uma obra de arte, como forma de materializar a presença do morto, já que seu corpo não estaria mais presente. Pela mentalidade burguesa, a morte passou a significar um encurtamento da capacidade de capitalizar, gerar recursos e enriquecer, além de representar o desaparecimento da individualidade pela diluição do indivíduo na espécie. Isto é, o burguês é um reles mortal como os demais, e a morte passa a ser percebida como o oposto da vida, e não mais a continuação dela.

Com base no exposto a respeito da sensibilidade medieval, fica fácil entender a relação entre o mundo dos vivos e dos mortos e aquilo que hoje chamamos de *lixo* e consideramos impuro, dotado de sinestésias fétidas. A morte dava origem à putrefação, e esta por ser fértil, era geradora da vida. Além disso, o *lixo* nada mais era do que um legado de seus entes, para os quais os medievos sentiam afeto e, portanto, não poderiam conceber o sentimento de asco aos odores ou aparência do mesmo. Essa naturalidade referente a miscigenação destas duas esferas pode ser traduzida, para o campo cultural, pela quase ausência de rejeição de tudo aquilo cuja função fora alterada, daquilo que a sociedade moderna chama de “descartável”.

Lixo

O autor vale-se de elementos como fezes, urina e lama para ilustrar a ausência de separação, que existia na Idade Média, entre o que chamamos hoje de “corpo individual” e “corpo coletivo”: o individual diluía-se no corpo social, mesmo que isso significasse compartilhar produtos ou secreções das necessidades fisiológicas. Nada se conhecia de censura entre os corpos, de maneira que tudo era publicável (o comer, o excretar, o copular, o dormir, parir, vestir, banhar, morrer). Na Idade Média, ao contrário do que se conhece atualmente no mundo capitalista, os orifícios corporais não eram, de forma alguma, alvo de pudores e constrangimentos; pelo contrário, eram totalmente livres para se expressarem.

Na prática, isso significa que arrotos, gases, vômitos, urina e fezes eram elementos naturais em que se manifestavam questões da vida íntima. Porém, pela não existência de individualidade, não existia também a intimidade, e, portanto, estes comportamentos eram vistos com absoluta naturalidade e normalidade pelos demais. Em contraposição ao mundo contemporâneo, as excrescências e orifícios eram pontos onde se fundiam o corpo e o mundo, um prolongamento do corpo, um elo entre a vida e a morte. Da mesma forma que os mortos não eram mortos, mas vivos que dormem, o conceito de lixo não era algo presente na mentalidade medieval. Reforçando as idéias do autor, Velloso (2007) afirma que, na Idade Média, as fezes, urinas e águas fétidas eram lançadas pela janela; a lavagem de roupas era rara, o que as deixava infestada de insetos como pulgas e traças. Com o avanço da modernidade, contudo, o mau hálito, maus cheiros, o suor, ruídos corporais e processos de excreção foram sendo submetidos a rígidos controles de etiqueta corporal, sempre vigiados e orientados por regras sociais adotadas pela burguesia (LIMA, 1996). De forma geral, o lixo nada mais é do que uma questão cultural. A cultura capitalista tende a livrar-se daquilo que não tem mais utilidade, que é perigoso, asqueroso, e que exige distanciamento e proteção. Já aos medievais, o lixo era familiar e íntimo.

Através de uma análise profunda se verifica que o comportamento atual, frente ao lixo, muito se conecta as novas sensibilidades frente à morte. Lixo e cadáver são restos de coisas que já foram, que já não são mais úteis, e que merecem isolamento e distanciamento. A sociedade contemporânea procura legitimar-se pela promessa de uma garantia contra a morte e a miséria, e o faz através do controle e afastamento da

decomposição e do apodrecimento, implicando no banimento daquilo que já não é mais útil a sociedade. Verifica-se com frequência o banimento dos velhos colocados em asilos, dos prisioneiros nas prisões, e dos doentes nos hospitais; concepções características das sensibilidades modernas. Neste ponto, isto nada tem a ver com os medievais. A morte, para nós, é como ir para o lixo, e esta é uma das razões pela qual tal questão desperta tanta aflição no mundo contemporâneo.

Já os medievos não concebiam o sentimento de asco dos odores ou da aparência do lixo, pois aquilo que se denomina como *lixo* fazia parte dos que já morreram e os propiciava prazer. Se os mortos são pessoas que dormem, são carnes que se decompõem e se recompõem, se nada se separa de nada, tudo se confunde com tudo, e, desta forma, como cogitar o descartável, o “inútil”? A verdade é que, naquela sociedade, não existia o inútil, tudo era reciclável, reutilizável e carregava um significado que vai além dos nossos valores biológicos.

Numa sociedade industrial, o lixo é produto inerente das atividades econômicas cotidianas. Porém, diferentemente da sociedade medieval, o lixo atual é composto não somente por excreções, restos de comida ou carcaças que voltam à natureza e reiniciam um ciclo. É também aquilo que o homem produz artificialmente e que não faz parte do ciclo natural anterior, e se acumula cada vez mais, levando ao sufocamento do homem moderno pelo seu próprio lixo – o pior dos seus pesadelos. Aquilo do qual o homem não consegue se livrar é lançado à natureza, para que ela também não o consiga. Assim surge a necessidade de separar o lixo que os ameaça (restos orgânicos) daquele que é politicamente neutro (recicláveis). De uma maneira ou de outra, a lógica de expulsar os restos, seja lixo ou sejam mortos, é um pensamento profundamente enraizado na sensibilidade contemporânea.

Afastando o lixo do centro, invariavelmente o aproximamos da periferia. O lixo torna-se um instrumento de exclusão social e aproximação dos menos favorecidos à sociedade medieval, atuando, portanto, como um hierarquizador da sociedade. Quando os aproximamos dos lixeiros, caminhoneiros e moradores de favelas, tais elementos tornam-se símbolo daquilo que se sente nojo e deseja-se distância.

O lixo torna-se, também, um diferenciador de classes sociais. Aqueles que podem trocar constantemente seus objetos, substituindo algo com valor ultrapassado (lixo) por outro novo são os que estão no topo da ascensão social. Vide a velocidade com a qual as pessoas trocam seus celulares, mesmo que o antigo esteja em perfeito estado de conservação e funcionamento. A troca, nestes casos, é um evidente

instrumento de valorização social, uma vez que mostra o poder de rejeitar aquilo que ainda tem utilidade somente pelo simples prazer de consumir, e, assim, mostrar seu *status*. Por outro lado, isto apenas contribui para o problema do acúmulo de lixo.

Pequenos atos cotidianos podem também mostrar o distanciamento social envolvido na questão do lixo e da sujeira. A relação de hierarquia surge quando o outro faz aquilo que para nós é sujo, o que ocorre na relação dos patrões com seus faxineiros, por exemplo. Velloso (2007) afirma que, no final da Idade Média e na Modernidade, as pessoas encarregadas de lidar com o lixo estavam à margem da sociedade, e eram escolhidas de acordo com a ocupação ou com o papel social que desempenhavam. Os serviços ligados aos restos, inclusive aos cadáveres, eram executados por prostitutas, prisioneiros de guerra, condenados, escravos, ajudantes de carrascos e mendigos. Em Berlim, na Alemanha, as prostitutas participavam da limpeza das ruas sob a justificativa de que elas utilizavam as ruas mais do que os demais cidadãos. No Rio de Janeiro do século XIX, os escravos eram os responsáveis por carregar tonéis de excretas coletados nas casas e lançá-los no mar (MARQUES, 1995).

Higiene

Apesar de o autor apresentar uma ampla reflexão sobre as mudanças nas sensibilidades humanas em relação ao lixo e a higiene, os leitores carecem de uma explicação mais contundente que possa corroborar tais reflexões. Assim, que fatos concretos poderiam explicar a repulsa que os homens passaram a sentir em relação ao lixo e as suas próprias secreções naturais, tentando evitar a presença dos mesmos?

Segundo Velloso (2007), “os restos começaram a causar medo no homem, a partir do momento em que foram sendo associados ao seu sofrimento físico e psíquico”. Tais sofrimentos são evidentes em certas epidemias de doenças ao longo da humanidade, porém a que mais se destacou na Idade Média foi a Peste Negra, que assolou a Europa no século XIV.

Acreditava-se que as doenças eram transmitidas pelo ar contaminado, uma vez que se observava que o contágio ocorria na aproximação com o enfermo. O ar contaminado, os miasmas e as névoas pesadas carregavam diversos tipos de agentes que disseminavam a doença, o sofrimento e a morte entre os homens (VELLOSO,

2007). Os seus cuidadores, como médicos e familiares, e os sacerdotes que recolhiam as confissões antes da morte iminente, contraíam as doenças e passavam pelo mesmo sofrimento, o que causava pavor nos medievos. Assim, evitava-se ao máximo esta aproximação, a fim de evitar o contato com pus, sangue e secreções oriundas das feridas e infecções, tanto quanto com os ares em que a pessoa se encontrava (VELLOSO, 2007). Desta forma, o odor ruim, antes inofensivo, passou a ser prejudicial e um meio de contaminação de doenças.

O processo natural de decomposição de matéria orgânica, seja de cadáveres, dejetos ou alimentos, produz um odor característico que passou a ser alvo de repulsa pelo seu poder de contaminação, especialmente daqueles que tinham sido vítimas da peste. Assim, o lixo, os dejetos e os mortos passam a ameaçar e a atacar os vivos, e, por isso, tornam-se foco de repulsa generalizada. Como o ar era tido como o principal meio de contágio e infecção, as sepulturas coletivas, que antes permaneciam abertas, e o lixo, que não tinha destino certo, deveriam ser enterrados, lacrados e vedados, como forma de evitar que o odor por eles produzido trouxesse as doenças.

A questão do lixo tornou-se cada vez mais um problema conforme a idade moderna avançava, e limpeza passou a ser significado de ordem e elegância. Tais conceitos tiveram um impacto muito forte nas sensibilidades desta época, mudando radicalmente certos hábitos e maneiras dos medievais.

Começou a ocorrer, por exemplo, a pavimentação das ruas de uma forma geral, assim como a construção de chão nas casas, para separar o homem do subsolo, que por si só representava uma ameaça. Criaram-se os esgotos, para expulsar os dejetos das cidades, e surgiu a profissão de lixeiro, antes inexistente.

Aos poucos começaram a ser introduzidos conceitos de boas maneiras e etiqueta à mesa. Muitos hábitos antigos, como comer com as mãos e limpar o nariz à mesa, foram gradativamente sendo considerados desrespeitosos e banidos do mundo aristocrata, e, conseqüentemente, do meio camponês. Romagnoli (1998) exemplifica tais mudanças através das regras de etiqueta que se espalhavam na Europa por volta do século XVI, que reprimiam aqueles que cuspiam e colocavam alimentos mastigados no prato, mergulhavam o pão nos líquidos e bebiam enquanto não terminavam de engolir. As regras de etiqueta, portanto, tinham a função de distinção social, ao mesmo tempo em que construíam novas regras de higiene e limpeza.

Antigos hábitos da Idade Média, como servir animais inteiros sobre a mesa, aos poucos foram abandonados, e, por isso, hoje em dia nos causa repulsa. Assim,

nossa sensibilidade atual determina a descaracterização do alimento, visto que consumimos somente partes de animais, sem ao menos saber de onde vêm. O processo que envolve matança, sangue e sujeira, fica bem afastado de nós, em matadouros, açougues e cozinhas, onde, obviamente, trabalham os indivíduos com menos *status* social. Os animais são tratados com frieza, como se fossem objetos, processados por máquinas que o homem criou para afastá-los da repugnância. Assim, a sensibilidade atual frente aos animais se reflete em insensibilidade. Tida como racionalidade, a insensibilidade é gerada da repugnância, descaracterizando o racional.

Os gregos eram menos asseados do que se imagina, já que não havia um sistema de esgoto ou um local específico para as necessidades. Os banhos comunitários tinham um caráter muito mais social do que de higiene, já que diversas atividades poderiam ser praticadas no local, desde refeições até jogos. Os banhos romanos eram como a praia da atualidade, uma atividade prazerosa e de sociabilidade, não de higiene, que era apenas uma consequência. Na Idade Média, os banhos públicos eram também comuns, estavam presentes em todas as cidades. Neles se misturavam homens, mulheres e crianças, todos nus. Assim como gregos e romanos, os medievais viam este ambiente como local de sociabilidade, festas, e excessos.

A partir do século XIII, sob forte influência religiosa, os banhos públicos foram proibidos, sob o argumento de que estimulavam o prazer corporal. Até que a casa de banhos passou a ser reconhecida como um local “oficial” de prostituição, o que até hoje permanece. A mudança das saunas acabou por modificar as sensibilidades da época, tornando o amor um sentimento privado e exclusivo, gerando assim o ciúme e possessão. Surgem os banhos privados, que contribuíram para o distanciamento físico entre as pessoas. Assim, o exibicionismo, o voyeurismo e os prazeres foram considerados pecaminosos e crimes graves para a saúde da alma. Até a água quente era vista como ameaça, preguiça e ócio.

Assim, surge a “higiene seca”, ao se esfregar lenços no rosto e usar perfumes, já que os odores corporais deveriam ser evitados. O uso da água é banido, o que faz surgir preocupações diferentes com o corpo. A limpeza começa a ser simbolizada pelas roupas, como a troca frequente da roupa de baixo, o que evoca conceitos agora relacionados a aparência e olfato. Como ocorreu em todos os campos um processo de fragmentação, no campo da higiene e limpeza ocorreu o mesmo, ou seja, surgiram

objetos especializados na limpeza e ordem de cada parte do corpo (penteados, toalhas, perucas). A higiene pessoal passa a ter importância crucial na sociedade, e assim a intimidade e a privacidade surgem como elementos fundamentais.

Os perfumes, originários de aromas de plantas, visavam combater o odor animal. Estar perfumado significava estar limpo, já que o perfume se sobrepunha aos odores naturais do homem e os disfarçava. De fato, até meados do século XIX acreditava-se que as águas aromatizadas, como as colônias, eram dotadas de propriedades medicinais, preveniam infecções, aliviavam dores e preservavam a juventude, tornando estes produtos muito populares na época (LIMA, 1996). Assim, o olfato passa a ter um sentido muito importante na história das sensibilidades: o fedor, além de incomodar, é perigoso. Os pobres são tidos como sujos, e, portanto, perigosos, causando o distanciamento das elites tão comum na atualidade.

No começo do século XVIII, a limpeza de pele com água começou a ser retomada, pois o cascão que se formava pela sua ausência passou a ser visto como fator que desequilibrava os humores - segundo a teoria de Hipócrates - e entupia poros. Assim surge o sabão, como combatente da causa primária dos maus odores, inutilizando então o perfume e pós perfumados, e a imersão em água volta a se tornar mais comum. Contudo, o banho ainda não tem a concepção de higiene, e sim de terapia e regra de etiqueta.

De acordo com Lima (1996), escavações arqueológicas realizadas em diversos depósitos de lixo do Rio de Janeiro do século XIX mostram uma grande preocupação dos cariocas da época em relação às excreções corporais. Foram encontrados inúmeros frascos de substâncias laxantes, assim como instrumentos para auxiliar na remoção das excreções e de recipientes próprios para recolhê-los, como urinóis. Este fato curioso mostra um desconforto e uma preocupação excessiva em relação às excreções corporais, as quais a autora relaciona com a crença popular de que o acúmulo destas excreções dentro do corpo era fonte de infecções e doenças.

O surgimento do vaso sanitário e da sua introdução ao cotidiano está intimamente relacionado a esta mudança nas sensibilidades. Os vasos sanitários, com a constituição que conhecemos hoje, se originaram da “retrete”, ou “cadeira furada”, que nada mais é do que uma cadeira com um orifício onde se deve depositar as excreções. Da mesma forma, surgiram os urinóis, que curiosamente foram alvo de designers do século XIX, que utilizavam materiais, formas e decorações diferenciadas para um objeto que era cada vez mais alvo de cobiça (LIMA, 1996).

Contudo, o vaso sanitário, ou a retrete, nem sempre foi reservado ao ambiente privado. Conforme já discutido anteriormente, na Idade Média o conceito de privacidade não existia, e, portanto, o urinar e o defecar eram atos praticados em público. Segundo descreve Lima (1996), a alta aristocracia utilizava a retrete ao mesmo tempo em que recebia visitas, conversava e dava ordens. Reforçando as ideias de José Carlos Rodrigues (1999), “havia uma ampla liberdade para as pessoas exercerem suas funções corporais em público”. O nome *privada* dado no lugar de *retrete*, por si só reflete a ideia que se concebeu do ato de urinar e defecar.

Com o surgimento de novos hábitos e sensibilidades na burguesia, a higiene passou a ser instrumento de controle social. Os burgueses passaram a exigir, sob a justificativa de proteger a saúde pública e a higiene local, que os trabalhadores, vistos então como sujos, tomassem banhos, usassem uniformes, toucas etc.. No século XIX, as descobertas de Pasteur ajudaram os burgueses a justificar as suas práticas, aumentando ainda mais a vigilância e preocupação em torno desta questão.

Martins (2003) descreve como a higiene social foi sutilmente implementada pela burguesia campineira na segunda metade do século XIX. Jornais da época publicavam regularmente notícias relatando o incômodo que os escravos e pobres causavam a população local, sobretudo em relação aos comportamentos inapropriados, como atos obscenos, palavrões, sujeira, brigas e bebedeiras. Sob o propósito de conter ‘excessos verbais’, e de educar os mais pobres, a elite de Campinas pressionava para a repressão daqueles que os incomodavam pelos seus atos, palavras e atitudes. Assim, segundo Martins (2003), “como na Europa, os policiais passaram a reprimir energicamente velhos hábitos populares até então tolerados, tentando impor limites (...). A polícia serviu não apenas como instrumento legal de manutenção da ordem. Prestou-se também a uma função pedagógica/higienizadora que atingia de maneira contundente os mais pobres, reprimindo atos considerados reprováveis, impondo limites, ensinando como não se deveria agir”.

Todo o processo de higienização aqui descrito traz como consequência a supervalorização do indivíduo e do detalhe, através da higiene pessoal, o que transformou de forma radical as sensibilidades em relação ao corpo e ao coletivo. Assim, as manifestações corporais dos homens, reprimidas em público, passaram ao ambiente privado. O próprio homem passa a ter vergonha de si, afastando-se do

seu próprio corpo, e o controle alheio sobre o corpo individual transformou-se em autocontrole.

Casa e individualidade

A metamorfose que envolve a casa medieval e seus componentes está relacionada ao processo de individualização do ser humano, chamado pelo autor de “apropriação privada do eu” ou também como é chamado por Lasch, de “culto do narcisismo” (Lasch apud CARRETEIRO, 2005). A proximidade das casas, utensílios coletivos e a não divisão dos cômodos, representavam a priorização da coletividade, que foi alterada pelo surgimento das distâncias sociais, que originou a necessidade da elite se diferenciar do proletariado (RONCIÈRE, 1999; Hobsbawm apud PELEGRINI, 2004).

Essa proximidade entre as casas, assim como a fala de diversas línguas, o conhecimento compartilhado de mitos ou crenças de diversas tribos demonstrava a não necessidade de barreiras entre os homens, já que a sociedade medieval era mantida por laços e por uma condição de dependência (RONCIÈRE, 1999). Além disso, a maior proximidade fazia com que as pessoas tivessem um contínuo contato direto, o que atualmente não é observado pela crescente individualização que se dá por meio dos veículos, aparelhos sonoros, assim como pela leitura, a qual favorece o recolhimento em si pelo estado de reflexão que leva a clausura e a antioletividade (RÉGNIER-BOBLER, 1999).

Na Idade Média, os utensílios, como facas, tigelas (pratos) e canecas tinham suas utilizações em coletivo, o que talvez pudesse ser justificado pelo difícil acesso à matéria-prima ou também pela dificuldade de produção desses utensílios. Ao longo dos anos, os talheres tornaram-se uma forma de diferenciação entre as classes sociais e tornaram-se um marco da individualidade, já que o grau de complexidade envolvido na utilização dos talheres são diretamente proporcionais ao nível social.

A casa medieval apresentava um *amontoamento cultural*, pois tanto na casa de ricos quanto na de camponeses, era comum a presença de aparelhos característicos de quartos, salas e cozinhas em um único cômodo (RONCIÈRE, 1999). Um exemplo que ilustra esse empilhamento, como descreve o autor, é o aglomerado em um mesmo cômodo de utensílios de cozinha, como fogão, mesa, bancos, cavaletes, sacos de alimentos e móveis que posteriormente seriam exclusivos do quarto. Em geral, as

mesas onde eram servidas as refeições eram montadas sobre cavaletes no salão principal da casa somente no momento oportuno, originando a expressão “pôr a mesa” (ROMAGNOLI, 1998). Contudo, juntamente com as mudanças de sensibilidade elencadas anteriormente, há um momento em que se inicia a segregação dos cômodos para cada atividade. Primeiramente, os cômodos maiores começaram a sofrer uma espécie de subsetoramento, nos quais havia a execução de determinadas atividades que mais tarde seriam, por exemplo, a cozinha, a sala, o quarto, o banheiro, entre outros. Esse setoramento teve como finalidade tornar cada vez mais privadas as ações do indivíduo.

Segundo Romagnoli (1998), as refeições passaram a ter um caráter social muito importante, porém paradoxalmente esta atividade coletiva passa a ser cada vez mais individualizada, com a utilização de pratos, talheres e guardanapos individuais. As famílias burguesas, cada vez mais numerosas com o declínio da Idade Média, são as primeiras a estabelecer um local fixo para as refeições (a sala de jantar), onde a mesa faz parte do mobiliário padrão, deixando de ser montada conforme a necessidade. Além disso, observa-se a multiplicação e especialização de utensílios, como talheres específicos para carnes, saladas, frutas, e copos para água, vinho, whisky e outras bebidas (ROMAGNOLI, 1998). Roncière (1999) ilustra tal processo de isolamento do indivíduo por meio dos palácios, os quais começaram em 1440 a ser instalados como formas de moradia. Esse local, como cita o autor, é “(...) destinado ao espaço privado, espaço imenso, (...) mas inteiramente fechado sobre si mesmo e protegido do mundo exterior pela altura das janelas, dos muros, e pela espessura rebarbativa do portal”.

Assim como a casa passa a ser dividida e a ter locais exclusivos para cada atividade, o corpo também passa a sofrer fragmentações. Desta forma, ele deve conter dentro de si tudo o que possa ser uma ameaça para ultrapassar a fronteira do individual, como gases, arrotos, suor etc.. Deste modo, o espaço individual e a intimidade começam a ganhar cada vez mais força, sobretudo com o surgimento do quarto, o qual gradativamente torna-se um local além de privado, direcionado a introspecção, tornando o corpo uma capa dessa introspecção, a individualidade.

Essa individualidade fez com que o ser humano da atualidade estivesse voltado para si, o que suprimiu aspectos que envolvessem a coletividade, sejam eles culturais, sociais e naturais. O corpo medieval valorizava-se, sobretudo, por sua porção inferior: as nádegas, a barriga, os órgãos genitais, as coxas, ou seja, o belo

eram partes comuns a todos. A ênfase que hoje se dá ao rosto intensificou-se apenas depois da emergência do individualismo, trazido pelo iluminismo.

Por esse indivíduo estar voltado para si, este cria mecanismos que o afastem da ideia da morte, como a assepsia, devido a angústia gerada pela incerteza de seu destino após a morte, como já fora discutido anteriormente.

Recorreremos agora às noções de superego e gozo na psicanálise. Esse indivíduo que tenta apartar a noção de morte e não é tão influenciado pelo superego - ideia de personalidade isenta de erros pela qual julgamos nossas ações - começa a buscar formas de prazer (ou gozo), utilizando o corpo como meio para obtê-lo (CHEMAMA et al., 1995; CUKIERT e PRISZKULNIK, 2002; CARRETEIRO, 2005).

A obtenção do gozo por meio do corpo pode ser dada por quatro tipos de vivência do corpo: o corpo território, o corpo viril, o corpo do excesso e o corpo beleza. Dentre esses tipos de corpos nos atentaremos a três deles (território, excesso e beleza), por estarem relacionados a alguns transtornos psiquiátricos (CARRETEIRO, 2005).

Corpo-território

Neste tipo de vivência, o corpo pode ser considerado um objeto, o que o torna meio de transmissão de mensagens, como as tatuagens, ou passível de mutilações, sendo exemplos desse tipo de vivência corporal as autoflagelações feitas por pessoas portadoras de transtorno de personalidade *borderline* - o qual é definido tanto pelo padrão difuso de instabilidade dos relacionamentos interpessoais, da autoimagem e dos afetos, e acentuada impulsividade - e o sentimento de repúdio/asco do próprio corpo, como ocorre em muitos dos relatos de pacientes bulímicos sobre seus corpos (APA, 2002; CARRETEIRO, 2005; OMS, 2008).

Esse repúdio/asco do próprio corpo é explicado por Pelegrini (2004) pela dissociação que o corpo e alma sofreram com ideais iluministas, os quais negaram ao corpo a “vivência sensorial corpórea”, ou seja, a partir dessas concepções há a conversão do corpo-sensitivo no corpo-instrumento.

Nesse tipo de vivência corporal a identidade está localizada no corpo, por tal motivo, a tatuagem é tão importante para algumas culturas, como é o caso da cultura japonesa, na qual muitas pessoas apresentam um preconceito a indivíduos tatuados, talvez pela imagem que a máfia japonesa Yakuza vinculou a tatuagem, pois os

pertencentes dessa máfia utilizam a tatuagem como uma das formas de distinção dos demais indivíduos (ISHI, 1999; CARRETEIRO, 2005).

Corpo do excesso

Esta vivência corporal faz com que a pessoa utilize o excesso como forma de busca do gozo, sendo que, consciente ou inconscientemente, optará por caminhos que a levarão a um gozo efêmero, como ocorre durante os episódios compulsivos de alguns pacientes com transtornos alimentares, no qual o corpo é forçado a agir e não raciocinar ou então, uma pessoa anoréxica do subtipo restritivo, a qual pratica a restrição alimentar e sente por meio dessa restrição o gozo pelo controle dos próprios sentidos (CARRETEIRO, 2005).

Para compreender a formação do *corpo do excesso* relacionado à alimentação, levaremos em consideração o conceito psicanalítico do desenvolvimento libidinal (Klein apud KELNER, 2004). Este conceito está baseado no bebê que utiliza o seio da mãe como forma de obter a sensação de completude; isso devido o leite saciar tanto a fome física quanto a psicológica, apaziguando as sensações de desconforto. Indivíduos que por meio das compulsões empregam o próprio corpo como objeto de busca do gozo teriam suas condutas justificadas pela constante busca do preenchimento desse sentimento de falta/desconforto, fato que a autora liga a uma possível não compreensão das necessidades da criança, que levaria a mãe a oferecer constantemente o alimento a ela, a qual se tornaria futuramente em um adulto utilizador de práticas compulsórias (KELNER, 2004).

Já no caso de pacientes com anorexia do subtipo restritivo, a expressão “fanaticamente enamorado da fome (...)” utilizada por Kafka (apud KELNER, 2004) ilustra que a satisfação nesses indivíduos só é atingida por meio do controle sobre os próprios sentimentos, na expressão utilizada, a fome. Essa satisfação pelo controle das próprias emoções pode ser explicada por meio da lógica de produção capitalista, na qual o corpo é considerado uma máquina, passível de manejo ou manipulação (PELEGRINI, 2004).

Corpo-beleza

Assim como nas vivências corporais citadas acima, nesse tipo de vivência o corpo também é considerado um instrumento, porém, ele serve de acesso à perfeição. Isso faz com que os indivíduos com esse tipo de experiência invistam em seus corpos para torná-los compatíveis com os padrões de beleza preconizados pela sociedade. Atualmente o padrão de beleza está voltado ao culto da magreza, a qual está veiculada aos valores de competência, autocontrole e sucesso profissional e sexual. Por tal motivo, o corpo é paulatinamente submetido a “técnicas de remodelagem”, como a prática obsessiva de exercícios físicos, cirurgias plásticas, entre outras. Além disso, a sociedade contemporânea também tem como padrão de beleza a aparência jovial, a qual afasta a ideia da velhice, por ela incidir diretamente na imagem da morte que, como já explicado anteriormente, deve ser excluída de nossos pensamentos pela angústia que gera (Stice et al. apud MORGAN et al., 2002; PELEGRINI, 2004; CARRETEIRO, 2005).

Essa alta valorização do corpo e da aparência pela sociedade contemporânea converte os seres humanos em servos de suas próprias imagens. Entretanto, as pessoas que não alcançam esse ideal de perfeição acabam sofrendo uma alta insatisfação corporal, o que as leva a prática obsessiva de exercícios físicos e a cirurgias plásticas. Existem ainda as cobranças sociais feitas por meio dos preconceitos, como ocorre com os obesos, os quais têm um sofrimento associado aos sentimentos de frustração, baixa autoestima, impotência ou incapacidade, gerados por tais ações preconceituosas (TURTELLI et al., 2002; FELIPPE, 2003; MENDES e PRÓCHNO, 2004; PELEGRINI, 2004).

A servidão do indivíduo a sua própria imagem pode chegar a um grau psicopatológico, o *Transtorno Disfórmico Corporal*, o qual é definido por uma preocupação exagerada com um defeito mínimo ou imaginário na aparência física que traz sofrimento significativo ou prejuízo em áreas importantes na vida do indivíduo. Esse sofrimento faz com que a pessoa se submeta ou tente se submeter a diversas cirurgias plásticas para que ela alcance o corpo perfeito de seu imaginário, inatingível (MONTEIRO, 2003; FERREIRA, 2008).

Conclusões

A análise dos fatos históricos apresentados mostra a formação do processo de individualização do homem, os novos valores em relação à morte, lixo, higiene, cultura, alimentação e corpo. A morte deixou de ser um evento natural e coletivo, tornando-se motivo de angústia individual. A fim de evitá-la, o homem atual procura recursos nutricionais, higiênicos, sanitizadores e estéticos na tentativa de congelar o tempo, em virtude da repugnância que a morte representa, tanto em relação à decomposição do cadáver, quanto à perda da *materialização do imaginário capitalista* - o corpo instrumento e ferramenta de trabalho. Atualmente, cada vez mais o conceito de individualidade sobrepuja o de coletividade, que se expressa através dos símbolos, tatuagens, vestimentas e aparência de uma maneira geral. Paradoxalmente, o indivíduo que não se enquadra no padrão comum e coletivo é marginalizado, principalmente em relação às formas corporais.

A partir dos valores atualmente atribuídos ao corpo, verifica-se uma nova vivência e novas experimentações no que diz respeito ao mesmo, nem sempre positivas. Por tal motivo, é necessária a adoção de uma postura crítica a fim de conscientizar a população, sobretudo por meio dos profissionais de saúde, retomando a sensibilidade censurada pela sociedade moderna.